



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15758 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)  
ISSN: 2595-7945  
GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

**A EDUCAÇÃO INFANTIL SOB FOGO CRUZADO: a ampliação da rede educacional de São Gonçalo a partir de uma perspectiva neoliberal**  
Renata Mylena Almeida Provenzano - UERJ - FFP - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**A EDUCAÇÃO INFANTIL SOB FOGO CRUZADO:  
a ampliação da rede educacional de São Gonçalo a partir de uma perspectiva neoliberal**

O presente resumo é fruto de pesquisa de mestrado em andamento, delimitada a partir de um recorte com foco em alguns desafios socioeconômicos e principalmente político-educacionais, que historicamente são enfrentados pelos (as) trabalhadores (as) da educação, crianças e famílias na cidade de São Gonçalo-RJ. Propomos uma delimitação, a partir da metodologia do Estudo de Caso (Stake, 2013), focalizando duas questões centrais no campo educacional gonçalense: a desvalorização do trabalho docente com/para as infâncias e a oferta insuficiente de creches públicas na cidade de SG-RJ.

Para discorrer sobre a desvalorização do trabalho docente na rede educacional pública na cidade de SG-RJ, diante da concepção de que “consideramos que a valorização dos profissionais docentes compreende a articulação entre formação inicial, formação continuada, carreira, salários e condições de trabalho” (SILVA, 2017, p. 230), é indispensável expor a Lei nº 1.304/2021, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal e Servidores da Educação (PCCR), e que conforme Rabibe e Volotão (2023), implicou um ataque aos profissionais da educação pela atual gestão, concebido sem a participação da categoria, e retirando todas as vantagens legalmente conquistadas no plano anterior. O PCCR inclui itens pontuáveis para progressão na carreira, como a docência nas séries iniciais do ensino fundamental, excluindo a Educação Infantil (EI) e as demais áreas. Este trabalho, focado na primeira etapa da educação básica, sugere que a valorização de um segmento em detrimento de outro constitui mais uma forma de desvalorização. Além disso, destacamos também, o item que pontua o exercício na função de diretor escolar por cinco anos ininterruptos.

Ressaltamos que, SG-RJ apresenta como uma característica marcante de sua administração pública, a interferência dos vereadores na circunferência eleitoral de sua região de atuação nos bairros, apresentando ações de intervenção direta junto às escolas, o que justifica do ponto de vista do poder local (Leal, 1997), como os usos de cargos comissionados nas escolas públicas gonçalenses. Não somente junto ao cargo de direção, função que não é eleita e ou escolhida pela comunidade escolar democraticamente, mas indicada politicamente. Desse modo, transforma a escola em mais um espaço à disposição de políticos locais para indicação de cargos comissionados e para possíveis intervenções em prol de suas campanhas eleitorais.

Em paralelo às inúmeras exclusões produzidas no interior da escola (Bourdieu & Champagne, 1997), potencializadas pelos ataques à rede pública, é imperativo mencionar, diante deste cenário, a tendência privatista sob a qual a rede educacional gonçalense vem se estabelecendo. No que diz respeito à oferta de vagas em creches públicas, Pessanha (2023) nos aponta que das 41.500 (aproximadamente) crianças de 0 a 3 anos, apenas 3% têm acesso à rede municipal estatal, enquanto as creches privadas, segundo os últimos dados do censo (IBGE, 2023) representam aproximadamente 87% de matrículas na mesma faixa etária.

Este resumo pretende ser um ponto de partida para um debate mais amplo e uma compreensão mais aprofundada das nuances e particularidades do contexto educacional de SG/RJ. Diante dos dados e reflexões apresentados, é inegável que a situação da EI em SG-RJ demanda uma análise crítica e aprofundada. A desproporção entre a oferta pública e privada de vagas em creches evidencia uma forte tendência das políticas neoliberais no campo educacional da cidade, no qual a iniciativa privada assume um papel predominante, além do ataque aos professores materializado através da Lei nº 1.304/2021, que institui o novo PCCR. Este cenário vem reforçando a exclusão e a negligência com/para crianças das classes populares, bem como para com os/as docentes, que se encontram, em grande parte, negligenciados e *menorizados* frente às políticas públicas educacionais no município.

Portanto, concluímos afirmando que é necessário libertar a escola da agenda conservadora que vem aprisionando-a, principalmente pela lógica do livre mercado e das políticas neoliberais (Freitas, 2018). Por outro lado, as lutas e resistências travadas, principalmente, através do Sindicato dos Profissionais da Educação gonçalense (SEPE), apontam um cenário de disputas nas diferentes escalas de poder local, alterando processos de decisão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Infantil; Direito à Educação Infantil; Infâncias e Território.

## **REFERÊNCIAS**

FREITAS, L, C. *A reforma Empresarial da Educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo, Expressão Popular, 2018.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Panorama*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-goncalo/panorama>. Acesso em:

02/07/2024.

LEAL, V. N. *Coronealismo, enxada e voto: O município e o regime representativo do Brasil*. São Paulo Companhia das Letras, 1997.

SILVA, A. M. MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO COMO PREMISSE PARA A PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE. *e-Mosaicos*, [S. l.], v. 6, n. 12, p. 226–237, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/e-mosaicos/article/view/30254>. Acesso em: 22/07/2024.

STAKE, R. Pesquisa qualitativa/naturalista: problemas epistemológicos. *Educação e Seleção*, Rio de Janeiro, n 7, p. 19-27, 2013. (1983 impresso).

PESSANHA, F. N. L. *O FUNDEB e a educação das crianças de 0 a 3 anos, no município de São Gonçalo/RJ: um estudo de caso*. 2023. 379 f. Dissertação (Mestrado – Educação) – Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2023.

RABIBE, M. B. N.; VOLOTÃO, G. DE S. R. Desmonte do plano de cargos, carreiras e remuneração do magistério do município de São Gonçalo: plano de silenciamento da categoria. *Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade*, v. 10, n. 25, p. 19-40, 5 dez. 2023.